

EM BUSCA DE UM LUGAR NO MAPA

Reflexões sobre políticas culturais em cidades de pequena dimensão

João Teixeira Lopes

Resumo Pretende-se, neste artigo, analisar as *condições* em que emergem e se estruturam as políticas culturais das cidades de pequena dimensão, num contexto em que a esfera cultural e simbólica adquire um papel relevante nas estratégias de competição que animam os sistemas e hierarquias urbanos. Discute-se, igualmente, o papel do poder local, sugerem-se vias alternativas, ponderam-se vantagens e desvantagens da pequena escala e defende-se um forte impulso à criação de condições de viabilidade das esferas públicas locais.

Palavras-chave Urbano; território; políticas culturais.

Preâmbulo

Ao falarmos de políticas culturais ou da importância do sector cultural na dinamização de novas estratégias de desenvolvimento para as cidades de pequena dimensão, somos levados a realçar a crescente centralidade dessas actividades nas políticas urbanísticas de “terceira geração”, onde se valoriza, antes de mais, o terciário de “forte valor estratégico” e as transformações qualitativas operadas num conjunto de domínios de forte carga simbólica.¹

Aliás, num contexto de fortíssima competição entre cidades, o investimento na imagem de cidade ganha contornos decisivos enquanto vantagem comparativa. As actividades culturais, não o esqueçamos, podem “colocar no mapa” territórios esquecidos ou marginais, conferindo-lhes um dinamismo capaz de os inserir no “território-rede” de subsistemas urbanos em interacção.²

As novas políticas urbanas têm vindo, pelo acumular de estudos de caso, a rejeitar fatalismos anteriormente tidos como insuperáveis. De facto, não só não existe uma identificação automática entre dimensão populacional e dinamismo demográfico e socioeconómico, como a posição ocupada na hierarquia do sistema urbano não corresponde, necessariamente, ao potencial de um centro urbano.³

Claro que há dificuldades que não se podem escamotear. Desde logo, a existência de patamares mínimos, quer do ponto de vista demográfico (com especial incidência na capacidade de se formarem audiências que legitimem, pelo lado dos poderes públicos, a introdução de uma lógica de mercado assistido ou, pelo lado dos privados, de rentabilidade), quer do ponto de vista de infra-estruturas (equipamentos, espaços...), quer de recursos humanos qualificados, quer, ainda, de recursos financeiros.

No entanto, as actividades culturais estão cada vez mais a desterritorializarem-se, diluindo aos poucos a polarização exercida pelos grandes centros urbanos.

Aliás, muitas das subfileiras inovadoras do campo cultural movimentam-se, precisamente, no domínio das novas tecnologias da comunicação, de suporte electrónico (o caso do multimédia, em franca expansão), o que faz diminuir significativamente o impacto de contextos físicos e territoriais específicos. Por outro lado, as cidades de pequena dimensão que forem capazes de integrar a estrutura reticular do sistema urbano português encontrarão certamente oportunidades de, mediante um *marketing territorial* audaz e coerente, fazer passar a mensagem do seu investimento nos “mundos da cultura”, atraindo audiências e recursos exógenos.

O campo cultural como detonador de processos de desenvolvimento local

Para algumas cidades de pequena dimensão, a estruturação de um campo cultural activo pode ser o elemento *decisivo* de uma estratégia de desenvolvimento que não se limite à visão autárquica do paradigma endógeno. De facto, ao contrário das visões fatalistas de uma globalização que apenas uniformiza em função dos interesses económicos dos centros dominantes (e que, para tal, constrói um megadiscorso homólogo de legitimação cultural e simbólica, difundido à mais larga escala), acreditamos na possibilidade de cruzamentos e interpenetrações resultantes de movimentos de diversificação territorial e cultural.⁴ Entre um modelo que reifica a perspectiva de “um centro que fala e periferias que escutam”, e um outro que se traduz por “vários centros e periferias em diálogo”, preferimos este último, ainda que cientes das condições extremamente desiguais em que tal diálogo, com dificuldade, se processa.⁵ É possível, nos dias que correm, “furar” a hierarquia dos sistemas urbanos e estabelecer parcerias estratégicas com agentes e instituições periféricos de outros países, criando redes de itinerância de produções culturais (espectáculos, exposições...), promovendo o intercâmbio de criadores e técnicos e organizando, em momentos excepcionais, grandes festivais culturais que, não raramente, ganham projecção regional ou mesmo nacional.

Não ignoramos, no entanto, como refere Pedro Costa, que a pequena escala se torna um pesado obstáculo quando os campos culturais, e em particular a esfera da criação/produção, dependem das “condições locativas e tecnológicas (acesso aos meios de produção e *inputs* requeridos e a recursos humanos qualificados)”.⁶ Ainda assim, há actividades, como anteriormente referimos, que desprezam as inserções territoriais, descentralizando-se ou desterritorializando-se. As pequenas cidades podem estruturar os seus campos culturais em função de uma ou outra especificidade que, sendo competitiva, contribuirá para a localização de infra-estruturas, equipamentos e recursos, mesmo que se alimente de uma procura parcialmente externa. Dito de outro modo, poderão constituir pequenos meios inovadores altamente atractivos para segmentos, ainda que relativamente restritos, dos mundos da cultura.

Além do mais, a pequena escala tem uma vantagem adicional, ao permitir

redes de comunicação informais, flexíveis e ágeis, desburocratizando processos de decisão e densificando os contactos entre os agentes culturais, tornando o seu trabalho mais colectivo, tendência que caracteriza crescentemente os “mundos da arte”.⁷

O poder local e os campos culturais

O poder local desempenha um papel preponderante, enquanto elemento animador e regulador dos processos de mudança. Cabe-lhe, antes de mais, assumir as responsabilidades de serviço público da cultura, criando as condições de um mercado assistido de base local. Mas, para além disso, as autarquias são as entidades privilegiadas para organizarem e gerirem o “jogo” local de relações, isto é, a rede de agentes directa ou indirectamente envolvidos, os seus interesses e os seus conflitos.

As cidades de pequena dimensão carregam consigo uma característica de efeitos ambivalentes. A sua dimensão demográfica, favorável ao interconhecimento, permite tanto arranjos e concertações felizes em torno da definição de uma identidade local e de projectos estruturantes, como conflitos dificilmente sanáveis entre agentes e instituições que lutam por palcos de protagonismo e pelo monopólio de recursos escassos. De igual modo, o forte intervencionismo do poder local, legitimado, em boa parte, pela debilidade da sociedade civil ou pela exiguidade do sector privado implicado na produção e distribuição culturais, cria redes clientelares e mesmo efeitos perversos de imposição arbitrária de segmentos particulares de gosto. Não raras vezes, a política cultural da autarquia, reflectindo o *presidencialismo municipalista*, é o reflexo pouco subtil do gosto do seu responsável máximo.⁸

Um estudo de caso, tendo por unidade de observação a cidade de Mirandela, mostra como a relativa paralisia do sector associativo e a inexistência de pequenas empresas, ou mesmo de cooperativas ou grupos informais ligados à produção cultural, concentra a actividade cultural numa tríade omnipresente — a Câmara Municipal, o Centro Cultural (edifício polivalente, administrado pela autarquia e onde estão sediados um pequeno auditório, a biblioteca e o museu municipais) e a Escola Profissional de Arte e Música.⁹ Não deixa de ser interessante verificar, aliás, uma curiosa definição de categorias: as despesas com cultura (note-se bem: *cultura*) são na sua maior parte absorvidas por gastos com transportes e infra-estruturas escolares! Para além do suporte financeiro a associações, constata-se a inexistência de apoios a manifestações culturais propriamente ditas. Aliás, é o próprio edil a assumir, em entrevista, que, devido “aos orçamentos baixos das câmaras, o que fica para trás é a cultura”.¹⁰

No entanto, é possível encontrar exemplos de sinal contrário. Mértola granjeou um enorme capital de prestígio que ultrapassou mesmo as fronteiras nacionais, associando de forma inovadora a descoberta e a preservação do património com a formação cultural dos munícipes, em particular dos jovens, e o estímulo aos meios artísticos locais, num contexto de defesa do ecossistema e da qualidade ambiental.

De certa forma, logrou subverter as relações verticais das hierarquias do sistema urbano nacional, lançando directamente pontes à escala global, numa utilização eclética mas programada de valores materialistas (a preocupação com a segurança económica e o emprego das populações) e pós-materialistas (a defesa da qualidade de vida, a ênfase no estético e na cultura). Claro que, para que esta particular constelação de estratégias e valores surtisse efeito, tornou-se necessário atrair recursos humanos altamente qualificados, fixando-os na região, objectivo assumido pela autarquia. Entretanto, a aposta na formação dos jovens revela-se crucial, já que, devido ao seu efeito multiplicador, propicia, a médio e longo prazos, em íntima associação com o progresso dos níveis de escolaridade, um novo perfil de necessidades, aspirações, atitudes e comportamentos. De qualquer modo, desde cedo se gerou um consenso tácito, que atravessou quase todos os sectores da população, no sentido de uma redefinição da identidade cultural local em função do novo modelo de desenvolvimento.

Alguns estudos mais recentes permitem-nos um olhar panorâmico sobre as evoluções actuais do sector da cultura no poder local. E, convenhamos, as tendências não são animadoras. Segundo a equipa da Comissão Coordenadora da Região Norte, liderada pelo sociólogo José Maria Cabral Ferreira, “há muitos municípios que não chegam a atribuir 1% do orçamento a cultura”, o que se reflecte, nos casos mais graves, em valores *per capita* claramente inferiores a um conto por habitante gasto em cultura.¹¹ Aliás, ao desagregarem as categorias orçamentais, logo os autores se aperceberam de que quase metade das verbas são investidas no desporto. Por outro lado é notório, do ponto de vista simbólico, que o trabalho no sector da cultura não é significativamente valorizado pelos principais responsáveis autárquicos. Finalmente, existe uma certa oposição entre litoral e interior: ali, as despesas aumentam e as actividades culturais diversificam-se, escapando à constelação folclórico-gastronómica; no interior, escasseiam os investimentos e afloram as concepções tradicionalistas. Se considerarmos, embora com alguma inexactidão e margem de erro, que uma boa parte das cidades intermédias se situa na faixa litoral, e que, paralelamente, as cidades de pequena dimensão proliferam no interior, compreenderemos melhor o conjunto da questão. Aliás, nestas últimas, constata-se frequentemente uma descoincidência entre os números relativos às despesas com cultura e as representações que os autarcas fazem da sua própria acção, como se *imaginassem* que efectivamente gastaram mais dinheiro com o sector cultural...

Dificuldades inerentes às cidades de pequena dimensão: de novo a territorialidade

Os dados construídos por Pedro Costa provam, com particular clarividência, que se verifica uma brutal concentração de equipamentos e públicos nas duas áreas metropolitanas, com especial destaque para a Grande Lisboa: “a NUT Grande Lisboa, por si só, tem sempre mais de 50% das actividades, chegando a atingir um valor

superior a 60% dos visitantes de museus e quase 3/4 da tiragem anual da imprensa".¹² Seguem-se, a considerável distância, o grande Porto e as NUT III onde estão inseridas cidades de média dimensão. A mesma tendência, incontornável, está presente na distribuição territorial de estabelecimentos e pessoal ao serviço na fileira da cultura.

Para o autor não existem dúvidas de que os meios urbanos favorecem, de forma intensa, a localização, em particular, das esferas da criação/produção e da recepção/consumo. É todo um ambiente onde se cruzam e reforçam, muitas vezes em círculo, uma multiplicidade de factores.

Às cidades de pequena dimensão faltam limiares mínimos de oferta e de procura, economias de escala, diversificação e especialização de mercados (tão necessários à acumulação flexível e ao ciclo breve dos produtos num contexto produtivo pós-fordista), bem como um universo de valores e práticas centrados na procura de consumos culturais mundanos e em estratégias auto-identitárias, de apresentação de si e de valorização de estilos de vida próprios de um individualismo expressivo e relacional. O volume e densidade populacionais, como já faziam notar, embora de forma determinista, os teóricos da Escola de Chicago, estimulam a diversidade subcultural (ainda que, por vezes, ela surja sob o manto diáfano de uma certa aura ilusória, bem patente no discurso publicitário), bem como o leque de alternativas possíveis que encontram suporte adequado num determinado tipo de economia, da qual o melhor exemplo será a *economia da noite*,¹³ intimamente associada ao nomadismo cultural dos urbanitas e às ecléticas redes de sociabilidade da cultura de saídas das cidades pós-industriais.¹⁴ Nestas pequenas cidades são ainda muito magros os contingentes das "novas classes médias urbanas", abarcando os quadros superiores, os profissionais técnicos e de enquadramento intermédios, as profissões científicas, intelectuais e artísticas. Em alguns casos há ainda um peso relativamente elevado das profissões agrícolas, do pequeno comércio independente e dos assalariados pouco qualificados.

Em suma, constata-se uma viragem na hierarquia dos factores locativos em direcção à economia *soft*, adquirindo proeminência o monopólio da informação especializada, da pesquisa e da qualificação, elementos escassos nos pequenos centros.¹⁵

De qualquer maneira, parece-nos apressado ou redutor postular um qualquer tipo de impossibilidade de desenvolvimento dos "mundos da cultura" em cidades de pequena dimensão. Não existe, aliás, como diversos autores o têm demonstrado, uma relação determinista inequívoca entre dimensão e densidade populacional e nível de pujança cultural. Um estudo recente aponta um sentido positivo na relação entre os municípios de pequena dimensão e o investimento no sector da cultura.¹⁶ De facto, é nos pequenos centros que se verifica a taxa de variação mais positiva em despesas com a cultura no período 1986-97.¹⁷

Ainda assim, são claramente os concelhos de média dimensão a revelar uma franca aposta no sector da cultura, a que não será alheio, por um lado, o estímulo que resulta de um ambiente de feroz competitividade entre cidades e, por outro, o facto de partirem já de limiares satisfatórios de oferta e de procura. Não deixa de ser curioso, no entanto, que os municípios de pequena dimensão gastem

preferencialmente em “recintos culturais”. Por outras palavras, denota-se a preocupação de partir de “baixo”, isto é, de uma rede mínima de infra-estruturas e equipamentos culturais, aquilo a que poderíamos chamar o grau zero do desenvolvimento do campo cultural local. No entanto, como bem refere José Maria Cabral Ferreira, a obsessão na edificação de recintos com fins culturais torna-se por vezes um alibi para descurar outras áreas e formular uma autêntica política cultural: “Daí o contraste verificado: concelhos onde existem espaços, equipamento, a materialidade de algum serviço, de algum acontecimento (musical, plástico...) e contudo a vida cultural estagna; concelhos em que as carências são muitas (de recursos materiais) e contudo há uma vida cultural interessante e sustentada, mediante o recurso a instrumentos subsidiários (uma Igreja em vez de um auditório, um quartel em vez de uma galeria...)”.¹⁸

Primeiro passo: a formulação de uma política cultural

Confunde-se, amiúde, uma política cultural com um inventário de iniciativas e projectos. Esquece-se, com facilidade, que importa, antes de mais, optar, tendo em conta um conjunto de cenários existentes. E que essas opções, em termos territoriais, jamais poderão ser feitas numa representação de auto-isolamento. O território funciona em rede e as cidades, grandes, médias ou pequenas, competem entre si.

Uma política cultural para uma cidade de pequena dimensão implica, pois, previamente, “uma atitude política para a cultura”, sabendo-se que “esta dificilmente existirá se não houver uma verdadeira formulação política global”.¹⁹ Por outras palavras, impõe-se a ideia de projecto, com a definição de objectivos, meios disponíveis e cenários de resultados esperados, com a necessária flexibilidade para rectificar, mediante processos auto e hetero-avaliativos, as estratégias seguidas. Assim entendida, a política cultural desempenha um papel decisivo na *legibilidade* ou *imaginabilidade* da cidade, importando um conceito já antigo que remete para “aquela qualidade de um objecto físico que lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte num dado observador”.²⁰ Reside aqui, provavelmente, o nó górdio da questão no que se refere às cidades de pequena dimensão: uma política cultural activa poderá ser um contributo insubstituível para que não se apague a imagem de cidade no contexto de grande competição interurbana. A cidade legível é uma urbe com identidade, distinta, facilmente perceptível.

O grande problema reside, a nosso ver, numa perspectiva que tende a assemelhar a cultura a um conjunto de objectos sacralizados num paradigma fixista de tradição. Trata-se, afinal, da museologização dos usos, artefactos e costumes; trata-se, igualmente, em uma concepção de cultura popular baseada na crença de uma “essência”, “aura” ou “alma” incorruptíveis, avessas a qualquer processo inovador. As novas configurações urbanas, também patentes, embora com idiosincrasias, nas pequenas cidades, revelam-se necessariamente mais orientadas para um perfil mundano, lúdico, convivial e diversificado, em boa parte devido à

visibilidade dos grupos juvenis que, entretanto, beneficiam do alargamento do período de moratória que lhes advém do prolongamento da escolaridade e do adiamento da entrada na vida adulta.

Assim, podemos falar de um...

... segundo passo: a criação de meios inovadores

Augusto Santos Silva, autor de análises comparativas sobre políticas e práticas culturais em várias cidades, assinala obstáculos que remetem, uma vez mais, para o poder político instituído: “a generalidade dos autarcas tem grande dificuldade em entender, de forma não instrumental, a natureza e o alcance das manifestações que resultam destes ambientes urbanos e se concretizam em participação, interacção e expressão cultural (...) já sabem que é preciso, por exemplo, diversificar os programas das festas concelhias (...) Mas têm avançado bastante menos no plano de uma leitura mais sociopolítica das raízes e do significado das novas possibilidades e expressões urbanas, na sua articulação com os desafios e as oportunidades de evitar a degradação das condições e dos modos de vida nas cidades de hoje e melhorar, nelas, o grau e as formas de coesão social”.²¹

Ora, uma alteração de atitude política dos detentores de cargos públicos resultará, a nosso ver, não tanto de uma valorização expressiva da cultura ou de uma crença nas suas potencialidades intrínsecas, mas antes da crescente possibilidade de demonstração dos seus efeitos nas estruturas económicas locais. Falamos, em concreto, da atracção de segmentos qualificados da população activa, da criação de emprego (e o emprego, no sector cultural, tem um efeito multiplicador, como referem vários economistas),²² do incremento do turismo cultural (com consequências benéficas na instalação de hotéis e empresas de transporte) ou mesmo da captação de algum investimento externo.²³

Alguns centros urbanos de pequena dimensão (Montemor-o-Novo constitui um excelente exemplo) têm tentado criar ocasiões de mudança, preparando, com antecedência, e recorrendo a círculos qualificados de discussão, programas ousados de animação cultural. Outros municípios experimentam, com obstáculos e retrocessos, diálogos entre a tradição e a modernidade, fazendo apelo a leituras não essencialistas das raízes culturais. Trata-se, por vezes, de processos armadilhados, em particular quando se pretende, sem prévia sensibilidade sociológica, aproximar expressões artísticas de vanguarda das camadas populares, como se essa aproximação se fizesse por mero contacto ou contágio com o dom mágico impregnado nas obras, ou com o “choque” catártico através do qual propõem (impõem?) uma nova visão do estético e do mundo. Não raras vezes, por ausência de um trabalho de formação de públicos que desenvolva os próprios mecanismos de incorporação de predisposições estéticas, assiste-se ao explodir de reacções de iconoclasmo contemporâneo, como as relatadas por Idalina Conde a propósito das Bienais de Vila Nova de Cerveira.²⁴

Assim, a aposta na diversificação de actividades, géneros e formas culturais, para além da matriz historicamente definida como local ou “autóctone”, deve caminhar a par com a renovação dos repertórios das populações, o que se consegue, parcialmente, pela oportunidade de contacto recorrente e contextualizado com uma pluralidade de produções culturais mas, não menos importante, com programas de formação de públicos capazes de aproximarem autor, obra e receptor, desinibindo, dessacralizando, familiarizando, sem intuítos de paternalismo etnocêntrico de quem vai explicar a verdade sobre o que está em apreciação.

A criação de meios inovadores terá, então, em particular nas cidades de pequena dimensão mais afastadas dos grandes circuitos das culturas contemporâneas, de saber lidar, cuidadosamente, com a tensão modernidade/tradição sem pretender que uma se dissolva artificial e arbitrariamente na outra e aproveitando, inclusivamente, criativas imbricações.

Claro está que todo o esforço será em vão se não existir uma rede mínima de equipamentos, em particular recintos culturais. Mas, certamente tão importante quanto a sua construção, é o modelo de gestão adoptado. Merece destaque o papel extremamente dinâmico de algumas bibliotecas da rede pública em cidades de pequena dimensão, funcionando, simultaneamente, como local de formação, animação e mesmo produção cultural, com *ateliers* vários, *workshops*, leituras dramatizadas, debates e encontros com criadores, videoteca, ludoteca, sala de internet, auditório para espectáculos, etc.²⁵

Certamente que, subjacente a um determinado equipamento, deve existir um programa de animação, a começar pelo próprio projecto de arquitectura (é fundamental conceber os espaços físicos e os edifícios como cenários de interacção que, necessariamente, condicionam a experiência social, constringendo-a e/ou potenciando-a) e prolongando-se no modelo de gestão, que requer técnicos adequados. Daí a necessidade de as cidades de pequena dimensão dominarem bem os circuitos e os organismos da formação, para neles integrarem os seus técnicos ou mesmo para criarem os seus próprios programas. Esta ênfase na formação justifica-se ainda enquanto estratégia de requalificação do movimento associativo, fazendo-o sair da penumbra onde por vezes se encontra, abrindo-o às novas causas, incitando-o a intervir no espaço público e a opinar sobre a (re)construção da identidade da cidade. O movimento associativo necessita, não só de quadros dirigentes mais jovens, mas igualmente de um contacto estreito com novos instrumentos de gestão e de acesso à informação.

Um salto no futuro

Acabamos de mencionar um ponto fundamental. Nada justifica, a nosso ver, que o desenvolvimento cultural das micrópoles tenha de seguir um qualquer modelo de cariz evolucionista, calcorreando os passos que outros, supostamente mais avançados e no caminho da verdade, já percorreram. Trata-se de defender caminhos

originais assentes na manipulação criativa, a favor das periferias, das tecnologias da informação e da comunicação: estabelecer pontes no ciberespaço, conhecer experiências com poder ilustrativo (exercitando o que Boaventura de Sousa Santos apelida de *teoria da tradução*), conquistar parcerias.²⁶ Nada impede, se burocracias ou outros entraves (muitas vezes de tipo “bairrista” ou paroquial) travam a interação com os territorialmente mais próximos, que se definam, por exemplo, circuitos de itinerância artística com cidades de pequena dimensão de outros países.

Mas iríamos mais longe e proporíamos o alargamento rápido do programa das *cidades digitais* às urbes de pequena dimensão, com as agendas culturais disponíveis *on-line* e abertas à incorporação de sugestões, críticas ou comentários (o que só seria possível mediante a multiplicação de postos de acesso à internet em locais públicos, como por exemplo as juntas de freguesia, as escolas, as associações e as bibliotecas) e com a criação de canais temáticos de discussão sobre a própria identidade e imagem da cidade.²⁷ A criação de *sites* interactivos sobre a oferta da cidade (longe da lógica panfletária, tosca e panegírica dos “antigos” folhetos turísticos) poderia, igualmente, alargar os horizontes, as procuras e as lógicas do turismo cultural local.

O salto, para muitos, pode parecer mortal. Mas as regras do jogo “local/global” não implicam, fatalmente, o apagamento dos mais fracos. Podem oferecer, pelo contrário, se habilmente manipuladas, um conjunto de ousadas e irrecusáveis oportunidades para a implantação de novas escalas capazes de baralhar as hierarquias tradicionais dos sistemas urbanos nacionais.

De novo, uma questão (de) política...

Se o multiculturalismo, a segmentação de mercados culturais diversificados e a liminaridade que permitem a afirmação das “margens culturais” e das suas marcas transgressoras não fazem parte das agendas culturais e políticas de boa parte das cidades de pequena dimensão;²⁸ se a debilidade demográfica de certos grupos da estrutura social não permite a afirmação de “meios inovadores” consistentes e atractivos, a questão deve ser remetida, uma vez mais, para o que Jim McGuigan apelida de “*condições da cultura*”.²⁹ Estas constituem o ângulo de análise privilegiado das políticas culturais, já que implicam os contextos “materiais e, também, as determinações discursivas no tempo e no espaço da produção cultural e do consumo”.³⁰ Dito de outra forma, importa perceber as modalidades de criação e circulação cultural das obras e mensagens culturais. Adquire aqui papel decisivo a margem de manobra dos agentes culturais locais, bem como as representações simbólicas dos actores políticos e o grau em que a interiorização da centralidade das actividades culturais estrutura o seu *habitus* e, conseqüentemente, as suas práticas e decisões. No entanto, não menos importante, urge propiciar, mesmo por impulsos externos de políticas públicas, a estruturação de condições que alimentem uma pressão social que force a diversificação e a qualidade do circuito cultural local.

Trata-se, uma vez mais, de defender a emergência de esferas públicas locais onde a produção, circulação e consumo culturais se assumam com a dignidade própria dos temas geradores de discussão, conflito e clarificação.

Notas

- 1 Ver João Ferrão, Eduardo Brito Henriques e António Oliveira das Neves (1994), “Repensar as cidades de média dimensão”, *Análise Social*, 129, pp. 1142-1144.
- 2 *Idem, ibidem*, p. 1132.
- 3 *Idem, ibidem*, 1133.
- 4 Ver Rogério Roque Amaro (1991), “Lógicas de espacialização da economia portuguesa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 10, pp. 161-182.
- 5 Ver João Teixeira Lopes (1994), “Estruturas espaciais e práticas sociais: a inexistente opção entre o local e o global”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras*, IV.
- 6 Ver Pedro Costa (1999), “Efeito de ‘meio’ e desenvolvimento urbano: o caso da fileira da cultura”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 29, p. 132.
- 7 Ver Howard Becker (1982), *Art Worlds*, Berkeley, University of California Press.
- 8 Ver Juan Mozzicafreddo e outros (1990), “O grau zero do poder local”, *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Lisboa, Editorial Fragmentos.
- 9 Ver Sofia Alexandra Cruz (1999), “Um retrato de desenvolvimento singular”, em AA.VV., *O Lugar da Leitura na Oferta Cultural Concelhia: Os Casos de Mirandela e Guimarães*, Lisboa, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas/Observatório das Atividades Culturais.
- 10 Citado em Sofia Alexandra Cruz, *op. cit.*, p. 37.
- 11 Ver José Maria Cabral Ferreira (org.) (1999), *O Sector da Cultura nas Câmaras Municipais da Região Norte*, Porto, Comissão de Coordenação da Região Norte, p. 34.
- 12 Ver Pedro Costa, *art. cit.*, p. 133.
- 13 Ver Maria do Carmo Cabêdo Sanches e Humberto Martins (1999), “Traços nocturnos: percursos juvenis na noite do Bairro Alto”, em José Machado Pais (org.), *Traços e Riscos de Vida*, Porto, Ambar.
- 14 Ver João Teixeira Lopes (2000), *A Cidade e a Cultura*, Porto, Afrontamento.
- 15 Ver Jolanta Dziembowska-Kowalska e Rolf H. Funck (1999), “Cultural activities: source of competitiveness and prosperity in urban regions”, *Urban Studies*, 36 (8).
- 16 Ver José Soares Neves (2000), *Despesas dos Municípios com Cultura*, Lisboa, Observatório das Atividades Culturais.
- 17 *Idem, ibidem*, p. 46.
- 18 José Maria Cabral Ferreira (org.), *op. cit.*, p. 69.
- 19 *Idem, ibidem*, p. 68.
- 20 Ver Kevin Lynch (1990), *A Imagem da Cidade*, Lisboa, Edições 70, p. 20.
- 21 Ver Augusto Santos Silva (1995), “Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano: uma análise de seis cidades portuguesas”, em Maria de Lourdes Lima dos Santos (org.), *Cultura & Economia*, Lisboa, ICS, p. 262.

- 22 Ver David Pratley *op. cit.*, “The role of culture in local economic development”, em Maria de Lourdes Lima dos Santos, *op. cit.*, p. 250.
- 23 Há quem considere que os factores locativos provenientes da fileira cultural são de cariz *soft*, ao contrário de outros que, exercendo efeitos directos na obtenção de lucros e sendo “determinados através da intervenção directa do mercado”, são apelidados de *hard*. No entanto, os seus efeitos, apesar de serem mais difíceis de medir e quantificar, têm sido tudo menos *suaves*, contribuindo intensamente para tornar as áreas urbanas atractivas, criando “novas oportunidades de investimento”. Ver Jolanta Dziembowska-kowalska e Rolf H. Funck, *art. cit.*, p. 1389.
- 24 Ver Idalina Conde (1987), “O sentido do desentendimento nas Bienais de Cerveira: arte, artistas e públicos”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 2.
- 25 A colecção de estudos de caso promovida e publicada (já existem duas séries) em parceria pelo Observatório das Actividades Culturais e pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas fornece, a esse respeito, excelentes ilustrações.
- 26 “Daí a necessidade da *teoria da tradução* como parte integrante da teoria crítica pós-moderna. É por via da tradução e do que eu designo por hermenêutica diatópica que uma necessidade, uma aspiração, uma prática numa dada cultura pode ser tornada compreensível e inteligível para outra cultura”, em Boaventura de Sousa Santos (2000), *A Crítica da Razão Indolente*, Porto, Afrontamento, p. 30.
- 27 Este programa das *idades digitais* é extremamente inovador; tendo tido a cidade de Aveiro como uma das pioneiras, resultou da parceria entre a universidade local, a autarquia e a Portugal Telecom, S. A.; ver www.aveiro-digital.pt
- 28 Ver Pedro Costa, “Centros e margens: Produção e práticas culturais na Área Metropolitana de Lisboa”, *Análise Social*, 154, pp. 957-983.
- 29 Ver Jim McGuigan (1996), *Culture and the Public Sphere*, Londres, Routledge, p. 22 e seguintes.
- 30 *Idem, ibidem*, p. 22.

João Teixeira Lopes. Sociólogo, Universidade do Porto.

E-mail: jmteixeiralopes@mail.telepac.pt.

